



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

LÍDIA FERNANDES SILVÉRIO

**A BNCC DE 2019: UMA LEITURA CRÍTICA DA ÁREA DE CIÊNCIAS
HUMANAS NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

GOIÂNIA

2021

19/06/2021

SEI - Documento para Assinatura

Processo:

Documento:

23070.027399/2021-81

2128051



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS FACULDADE DE EDUCAÇÃO

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio do Repositório Institucional (RI/UFG), regulamentado pela Resolução CEPEC no 1240/2014, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei no 9.610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo dos Trabalhos de Conclusão dos Cursos de Graduação disponibilizado no RI/UFG é de responsabilidade exclusiva dos autores. Ao encaminhar(em) o produto final, o(s) autor(a)(es)(as) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação (TCCG)

Nome(s) completo(s) do(a)(s) autor(a)(es)(as): Lídia Fernandes Silvério

Título do trabalho: **“BNCC DE 2019: LEITURA CRÍTICA DA ÁREA DE CIÊNCIAS HUMANAS NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL”**

2. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador) Concorda com a liberação total do documento [x] SIM [] NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante: a) consulta ao(a)(s) autor(a)(es)(as) e ao(a) orientador(a); b) novo Termo de Ciência e de

GOIÂNIA

2021

Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo do TCCG. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;- Publicação como capítulo de livro.

Obs.: Este termo deve ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Cris na Helou Gomide, Professor do Magistério Superior**, em

11/06/2021 às 16:01 conforme horário oficial de Brasília com fundamento no art 6º § 1º do [Decreto](#)

Processo: 2017128051, às 16:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. Documento : 6 , § 1 , do [Decreto 23070.027399/2021-8 nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **LÍDIA FERNANDES SILVERIO, Discente**, em 11/06/2021, às 17:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Miriam Bianca Do Amaral Ribeiro, Professora do Magistério Superior**, em 14/06/2021, às 13:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_org_ao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2128051** e o código CRC **C4E86886**.

LÍDIA FERNANDES SILVÉRIO

**A BNCC DE 2019: UMA LEITURA CRÍTICA DA ÁREA DE CIÊNCIAS
HUMANAS NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito avaliativo parcial da disciplina de Trabalho de conclusão de curso II do Curso de Pedagogia, pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás.

Orientador: Prof.^a Dra. Cristina Helou Gomide

GOIÂNIA

2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UF

SILVÉRIO, LÍDIA FERNANDES
A BNCC DE 2019: UMA LEITURA CRÍTICA DA ÁREA DE CIÊNCIAS HUMANAS
NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL [manuscrito]
LÍDIA FERNANDES SILVÉRIO- 2021
XXIII, 23 f.

Orientador: Profa. Dra. CRISTINA HELOU GOMIDE
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade
Federal de Goiás, Faculdade de Educação (FE) Pedagogia Goiânia, Goiás
2021.

Bibliografia.

1 BNCC, Ciências Humanas, Anos Iniciais, Nação. I. GOMIDE CRISTINA HELOU, orient. II
Título.

Processo:
23070.027399/2021-81Documento:
2103266UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Ao(s) 17 dia(s) do mês de maio do ano de 2021 iniciou-se a sessão pública de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado "**BNCC DE 2019: LEITURA CRÍTICA DA ÁREA DE CIÊNCIAS HUMANAS NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**", de autoria de Lídia Fernandes Silvério, do curso de Pedagogia, do(a) FE da UFG. Os trabalhos foram instalados pelo a Profa Dra Cristina Helou Gomide e Profa Dra Miriam Bianca do Amaral Ribeiro com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Profa Ms Ruskaia Fernandes. Após a apresentação, a banca examinadora realizou a arguição do(a) estudante. Posteriormente, de forma reservada, a Banca Examinadora atribuiu a nota final de 9,0, tendo sido o TCC considerado Aprovada.

Proclamados os resultados, os trabalhos foram encerrados e, para constar, lavrou-se a presente ata que segue assinada pelos Membros da Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Cristina Helou Gomide, Professor do Magistério Superior**, em 31/05/2021, às 16:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **LÍDIA FERNANDES SILVERIO, Discente**, em 11/06/2021, às 17:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Miriam Bianca Do Amaral Ribeiro, Professora do Magistério Superior**, em 14/06/2021, às 13:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2103266** e o código CRC **CE04B8C2**.

DEDICATÓRIA

“Dedico a Deus este Trabalho de conclusão de curso por que Ele me deu a vida e sempre guiou os meus caminhos. ”

“Dedico o encerramento deste ciclo ao meus pais Hernani e Gláucia sem eles essa conquista não seria possível ao seu amor e tempo muito obrigado”

AGRADECIMENTOS

A minha orientadora, Doutora Cristina Helou Gomide, pelo seu comprometimento com a ciência e a educação, pela paciência infinita e todo apoio nos momentos mais difíceis da construção deste trabalho no ensino remoto emergencial, seu olhar para o outro inspira minha trajetória na educação.

Aos meus amigos, da faculdade de educação da UFG que foram fundamentais nesta trajetória e com os quais construí amizades para a vida: Yago Pereira, Leonardo Alves, Liliane e o Gabriel Rocha.

Ao programa Saudavelmente, que fornece apoio a Saúde mental e física aos estudantes da UFG, onde recebi atendimento psicológico e psiquiátrico gratuito nos últimos 2 anos e foram fundamentais para a continuidade da minha trajetória.

A minha família, em especial minha avó paterna Maria que sempre acreditou no meu potencial. As minhas irmãs Samela, Esther e Catarina pelo amor a união e a compreensão com este momento, bem como toda a ajuda recebida por meio de gestos, ações e cuidados diários.

Por fim, agradeço ao ano de 2016 que possibilitou uma mudança na minha vida, na qual me apresentou o trabalho voluntário, realizado em hospitais de Goiânia/GO e foi um divisor de águas para que iniciasse a minha trajetória na Educação, no primeiro semestre do ano de 2017, gratidão a todos os aprendizados.

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo compreender a proposta final da BNCC¹, para a área de ciências humanas, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, tendo como base as reflexões sobre as categorias fundamentais das Ciências Humanas e o papel da Lei na história da Nação Brasileira. Propôs, assim, apresentar reflexões e analisar sobre as categorias fundamentais das Ciências Humanas, apresentando a construção da nossa noção de história no Brasil e a criação do currículo de ciências humanas desde o século XIX, discutindo através de uma leitura crítica a BNCC como Política Pública no Brasil. Para a geração de dados da pesquisa, foi utilizado a abordagem metodológica qualitativa, que teve como base o debate bibliográfico. Diante disso, verificou-se que embora a BNCC apareça como uma nova proposta para os currículos, no que se refere às ciências humanas, ainda carrega consigo (nas entrelinhas) elementos de um ideal de nação que vem sendo reeditado.

PALAVRAS-CHAVES: BNCC, Ciências Humanas, Anos Iniciais, Nação.

¹ BNCC- Base Nacional Comum Curricular

ABSTRACT

This work aimed to understand the final proposal of the BNCC, for the area of human sciences, in the Early Years of Elementary Education, based on reflections on the fundamental categories of Human Sciences and the role of the Law in the history of the Brazilian Nation. Thus, he proposed to present reflections and analyze the fundamental categories of Human Sciences, presenting the construction of our notion of history in Brazil and the creation of the humanities curriculum since the 19th century, discussing through a critical reading of BNCC as Public Policy in Brazil. For the generation of research data, a qualitative methodological approach was used, which was based on the bibliographic debate. Therefore, it was found that although the BNCC appears as a new proposal for curricula, with regard to the humanities, it still carries (between the lines) elements of an ideal of nation that has been reissued.

KEYWORDS: BNCC, Human Sciences, Initial Years, Nation.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
Capítulo 1 O QUE É CIÊNCIAS HUMANAS PARA VOCÊ? AS CATEGORIAS FUNDAMENTAIS DAS CIÊNCIAS HUMANAS - O PROBLEMA DO “DESVALOR” DA ÁREA E OS VAZIOS QUE ISSO ACARRETA	12
Capítulo 2 A NOÇÃO DE HISTÓRIA NO BRASIL E A CRIAÇÃO DO CURRÍCULO DE CIÊNCIAS HUMANAS DESDE O SÉCULO XIX	16
Capítulo 4 A BNCC COMO POLÍTICA PÚBLICA - EM QUE CONTEXTO ELA É CRIADA?	18
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	22
REFERÊNCIA	23

1 INTRODUÇÃO

O objeto de estudo deste trabalho de conclusão de curso é a Base Nacional Comum Curricular e a concepção política/educacional que ela apresenta, em suas séries iniciais. A BNCC é uma política pública implementada pela resolução CNE/CP nº2 (Conselho Nacional de Educação - Conselho Pleno) Art. 2º que diz:

As aprendizagens essenciais são definidas como conhecimentos, habilidades, atitudes, valores e a capacidade de os mobilizar, articular e integrar, expressando-se em competências. Parágrafo único. As aprendizagens essenciais compõem o processo formativo de todos os educandos ao longo das etapas e modalidades de ensino no nível da Educação Básica, como direito de pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho (BRASIL, 2017, p. 4).

Com o intuito de dar um direcionamento comum ao currículo escolar, aos anos iniciais da Educação Infantil ao Ensino Médio, no Brasil, foi realizada uma análise dessa legislação com os olhos de quem parte das discussões das Ciências Humanas e de suas categorias fundamentais: a História, com a abordagem do tempo; a Geografia, com a abordagem do espaço; a Sociologia, com a abordagem das relações sociais; a Antropologia, com a abordagem da cultura; e a Ciência Política, com a abordagem da política e do poder. Dentro de todas essas categorias², encontrando como eixo norteador a categoria trabalho, como o definidor das relações sociais.

No contexto de implementação de políticas públicas, a Educação Brasileira caminhou a passos lentos. No ano de 2014, com a regulamentação do Plano Nacional de Educação (PNE), por meio da Lei nº 13.005/2014, às primeiras discussões sobre a criação da Base Nacional Comum Curricular ganham força, ainda que essa resolução já estivesse prevista na nossa Carta Magna (1988), de acordo com o Art. 210: “Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar a formação básica comum e o respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais”, assim como em outros documentos, como a Lei de Diretrizes e Bases (LDB).

A partir dos anos de 2015 e 2016, o Ministério da Educação (MEC) promoveu diversas consultas públicas, em todas as unidades federativas, para debater com gestores, com a sociedade civil e pesquisadores de diversas áreas, a fim de decidirem, conjuntamente, quais

² Segundo Mascarenhas as ciências humanas e as categorias fundamentais não podem ser vistas como várias disciplinas separadas, mas sejam construídos de maneira integrada [...] uma vez que é preciso levar em conta o processo de maturação do educando e o contexto histórico social que o mesmo está inserido (MASCARENHAS, 2007, p. 10-11).

seriam os conteúdos fundamentais para direcionar o desenvolvimento dos educandos nas diferentes fases do ensino.

A história da construção da noção de ciências humanas e de seus usos públicos, vistos, por exemplo, na história da construção dos currículos no Brasil, está expressa na Base Nacional Comum Curricular para o ensino fundamental que começou a ser implementada em 2019, o que direcionou o objeto de análise e leitura crítica.

Tendo esses parâmetros, foram elaboradas algumas perguntas norteadoras desta pesquisa, sendo elas: Qual o papel da BNCC para a formação do cidadão brasileiro? O que não está dito na Base Nacional Comum Curricular e para quê o não dito sobre a história do Brasil serve? Que brechas de leitura e de má interpretação ela abre?

Desse modo, é importante registrar que a leitura realizada sobre a BNCC mostrou que algumas questões não foram problematizadas, inclusive quando chega ao tema das diferenças, sobre as quais ela fala, mas não reconhece. Nesse sentido, as categorias fundamentais das Ciências Humanas, quando presentes no texto da lei, abrem brechas para formas de usos e interpretações.

Logo, este trabalho teve por objetivo analisar a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em específico o trecho voltado para as séries iniciais, tendo como base as reflexões sobre as categorias fundamentais das Ciências Humanas e o papel da Lei na história da Nação Brasileira.

Os demais objetivos específicos que constituíram este estudo tiveram como função discorrer sobre as categorias fundamentais das Ciências Humanas; apresentar a construção da nossa noção de história no Brasil e a criação do currículo de ciências humanas desde o século XIX; e realizar a leitura crítica da BNCC como Política Pública no Brasil.

A importância deste trabalho consistiu-se nos apontamentos da análise que foram realizadas em cima da proposta final da BNCC, para a área de Ciências Humanas, na qual percebeu-se uma perda das especificidades populacionais, uma vez que o documento não reconhece as desigualdades regionais de cada Estado que compõem a nossa nação. Da mesma maneira, não foi encontrado menção as questões de classes e de que forma se dará o enfrentamento das várias desigualdades sociais e econômicas que um novo currículo pode trazer para os educandos.

Uma vez que a BNCC, é uma política pública que se pretende colaborar com a formação integral de todos os educandos e que começou a ser implementada agora nas redes de ensino. É relevante refletir sobre este não ser o ponto final, mas o início de novas políticas públicas para a educação.

Nesse sentido, observou-se as categorias fundamentais das Ciências Humanas em uma lei que direciona o currículo de estudantes brasileiros do ensino básico ao ensino médio, mas especificamente, o ensino básico. Essa é uma forma de desvendar o papel desta lei na formação dos futuros pedagogos, buscando permanências e mudanças na ideia de nação, constituída desde o século XIX. Assim, esse trabalho é um importante veículo para a realização da leitura crítica de um documento que rege a atuação dos professores nas salas de aula, especialmente no que se refere às Ciências Humanas, conduzindo esses profissionais, caso tenham necessidade, ao questionamento e à transformação da prática vigente.

Visando realizar esse trabalho de forma fundamentada, foram trabalhados alguns conceitos. O primeiro deles foi o de invenção das tradições, cunhado por Eric Hobsbawm e Terence Ranger, segundo os autores, conceitua-se tradição inventada:

Um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas tais práticas, de naturezas rituais ou simbólicas, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, segundo a sua percepção, sempre que possível tenta-se estabelecer a continuidade com um passado histórico apropriado (HOBSBAWM; RANGER, 2015, p. 8).

Em seguida, dialogando com Circe (1988), sobre a construção da noção de história no Brasil e a criação do currículo de ciências humanas, desde o século XIX, sendo fundamental para compreender como se dá o uso público da história.

Também foi utilizado para discutir políticas públicas a autora Lopes (2008), na qual destaca as políticas sociais em tempos neoliberais, abordando o modo que as ideologias que os governos apresentam, afeta o andamento das políticas públicas, bem como criam, de acordo, com interesses particulares. De acordo com a autora, conceitua-se Políticas Públicas, como:

Constituem na totalidade de ações, metas e planos que os governos [...] traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público. É certo que as ações que os dirigentes públicos selecionam [...] são aquelas que eles entendem serem as demandas ou expectativas da sociedade (LOPES, 2008, p. 5).

Além disso, foi empregado o conceito de Ciências Humanas, tendo como base as reflexões de Ângela Mascarenhas, pensando as Ciências Humanas como:

Área e não como várias disciplinas separadas, de forma que os conceitos básicos das várias ciências sejam construídos de maneira integrada [...] uma vez que é preciso levar em conta o processo de maturação do educando e o contexto histórico social que o mesmo está inserido (MASCARENHAS, 2007, p. 10-11).

Por que é necessário que o indivíduo se perceba dentro de suas relações sociais e que o educando se reconheça, primeiro, como parte da história para a partir deste momento, compreender o todo a sua volta? Pois, é por meio do reconhecimento do seu espaço e das suas ações que as crianças estabelecem vínculos; percebem diferentes culturas e modos de vida, sendo capaz de produzir cultura e de correlacionar sua vida aos indivíduos e a natureza.

Desta forma, ao compreender a história e o trabalho, nota-se que eles são indissociáveis, por isso não se ensina a história sem falar da geografia, da antropologia, da sociologia, assim como as demais categorias, visto que os fatos só têm sentido se forem vistos em processos e correlacionados, porém com diferentes concepções sociais que produzem trabalho.

E para se atingir a proposta geral desta pesquisa, partiu do caráter científico, que trouxe uma discussão qualitativa que teve como base, o debate bibliográfico, utilizando os autores Mascarenhas (1998), com as categorias fundamentais das ciências humanas; Hobsbawm (2015) com a ideia de Invenção das tradições; Bittencourt (1988), trazendo o currículo e a construção da noção de nação no Brasil; Lopes (2008), com as reflexões sobre políticas públicas, bem como outros autores de artigos que versam sobre o tema.

Todos esses autores e pensadores auxiliou a compreensão dos trechos que foram retirados da BNCC, a fim de identificar como a lei se relaciona com os conceitos apresentados e com as definições de Nação que se almeja. Sendo assim, as análises foram baseadas no entendimento referente à construção de Brasil posta para as séries iniciais do ensino fundamental.

Para embasar as teorias nesta pesquisa, foi organizado o trabalho em três capítulos: o primeiro, abordará sobre as categorias fundamentais das Ciências Humanas nos inspirando nas reflexões de Ângela C. B. Mascarenhas. No segundo, foi discutido sobre a construção da nossa noção de história no Brasil e a criação do currículo de ciências humanas desde o século XIX a partir das análises de Circe Bittencourt e Eric Hobsbawm. No terceiro, analisou a Base Nacional Comum Curricular de 2019 como importante política pública, promovendo uma leitura crítica dela a partir das reflexões realizadas sobre as categorias fundamentais e a partir da influência da invenção da nação na construção da Lei, buscando trazer como e se a BNCC reforça a ideia de Nação presente no Brasil, desde o século XIX. Enfim, o debate nesses três capítulos permitiu investigar e compreender sobre como estão postas as Ciências Humanas no primeiro ano das séries iniciais do ensino fundamental.

Capítulo I- O QUE É CIÊNCIAS HUMANAS PARA VOCÊ? AS CATEGORIAS FUNDAMENTAIS DAS CIÊNCIAS HUMANAS - O PROBLEMA DO “DESVALOR” DA ÁREA E OS VAZIOS QUE ISSO ACARRETA

O que é ciências humanas para você? Quando se fala em Ciências Humanas nem sempre é associado às áreas de antropologia, ciência política ou ciências sociais, isso porque historicamente reconhece-se apenas a história e a geografia, ainda que também estas tenham “desvalor” na composição dos currículos escolares, principalmente nas séries iniciais do ensino fundamental: basta observar a carga horária destinada à área (Mascarenhas, 2007).

Neste primeiro momento, foi analisada pequenos trechos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), uma vez que seria impossível o aprofundamento no documento como um todo, sobretudo porque a BNCC é extensa e só ela daria um trabalho de doutorado.

Ao tratar-se de um trabalho de final de curso de graduação, e considerando a excepcionalidade do ensino remoto e as dificuldades que dele se desenrolam, não seria possível fazer algo plausível caso me propusesse a analisar toda BNCC. Mesmo assim, o estudo desse documento normativo, abre caminhos para futuras pesquisas sobre o tema, principalmente para os pesquisadores críticos da Educação.

Desse modo, foram escolhidos trechos para desvendar nas entrelinhas do currículo proposto para história e a geografia pensada para as séries iniciais do ensino fundamental, e buscando, de que modo estão as demais categorias, ainda que não colocadas formalmente. Mas para isso, é necessário trazer reflexões sobre tais categorias e o modo como elas estão expressas nos currículos (ou deveriam estar), ainda que não estejam contempladas textualmente.

No campo das Ciências Humanas, é importante pensar que somos sujeitos históricos em constante movimento, fazendo, produzindo coisas onde vivemos, como por exemplo as vacinas - conhecimento que vem sendo acoplado e transformado, tendo como base o que foi descoberto há muito tempo, transformando espaços, se relacionando um com o outro e produzindo cultura e estabelecendo relação de poder, relações essas, que infelizmente são vistas como subordinação, quando na verdade não o são.

Dessa forma, ao falar sobre história e geografia, será abordado as demais áreas das ciências humanas, notadamente postas de lado nos textos que direcionam as práticas curriculares nas escolas. E foi com essa inquietação que esse singelo debate sobre a questão foi lançado, certos de que mais que responder, os questionamentos e as dúvidas, contribuirá com que os educadores, sejam mais críticos com relação ao que é imposto.

Nesse sentido, ao realizar a leitura da área de Ciências Humanas, proposta na BNCC, nota-se que o documento trabalha as ciências humanas se restringindo ao ensino de história e geografia, sem abordar as demais categorias que fundamentam as ciências humanas, a cultura e a alteridade no campo da antropologia, poder e dominação no campo das ciências políticas e relações sociais.

Logo, essas categorias deveriam ser abordadas ao longo do currículo, para essa discussão a autora Mascarenhas (1998) denuncia, a desvalorização das ciências humanas dentro dos currículos escolares e do quanto é fundamental se discutir cada categoria por que elas estão interligadas; a autora apresenta a cultura e a antropologia, como forma de desvendar o mundo com o estudo da antropologia, nos ajudando a enxergar novas visões de mundo e o outro como ser social.

O estudo da cultura contribui para compreender as diversidades existentes, bem como as diferentes sociedades e formas de se relacionar, relacionando estas categorias para o tópico de geografia abordada na BNCC, percebe-se que há uma ausência de cultura como forma de explorar a diversidade (desigualdade) das diferentes regiões do território nacional e para além da diversidade, a ausência da antropologia e da cultura, e para além do reconhecimento do eu e do outro, e com evidência ao não reconhecimento da desigualdade social³.

Nos debates sobre Política, poder e dominação Mascarenhas (1998) apresenta como um conceito interligado ao outro, e por sermos seres sociais fazemos política constantemente. O grande problema, que a autora denuncia, é que a política se confunde com autoritarismo, e isso implica em entender a política como dominação. Política é poder, é autoridade, mas não é sinônimo de dominação. Muito menos, política que se restringe ao seu aspecto institucional, tais como cargos públicos ou ao Estado.

Segundo a autora, o poder como sinônimo de submissão é estimulado pelas forças hegemônicas, que ao lançarem o conceito nessa perspectiva acabam por se alimentar do silêncio das pessoas que não questionam o poder que as domina. Relações de poder estão nos fatos históricos, nas relações sociais, na produção da cultura, ou mesmo no modo que atuamos nos espaços que vivemos.

³ Porque as regiões Norte e Nordeste sofrem com a xenofobia e preconceito linguístico. A expressão os “paraíbas” usada pelo Presidente da República, do modo que foi usada está carregada de caráter pejorativo. Não é só uma forma de diferenciar uma região por exemplo. Podemos ir além. Por que Manaus sofreu de forma diferenciada com relação à pandemia causada pela covid 19 em 2020 e 2021? Porque é uma região mais pobre, cujas condições materiais dificultam o isolamento e a salubridade. Somos uma nação desigual, não somos apenas diferentes.

No entanto, o senso comum que define política como autoritarismo e corrupção, tende a abafar o real significado desse conceito na vida humana. Nesse sentido, ainda que os currículos trabalhem apenas com as disciplinas de História e Geografia, é fundamental questionar onde e como estão postas as relações de poder nas suas propostas de estudo.

A disciplina de geografia na BNCC, aborda o tempo e espaço como fundamentais para a ciências humanas, mas esta discussão precisa ir além da noção de espaço, relevo e família exposta no texto. Embora aborde o espaço e o tempo, a diversidade humana e, portanto, o acolhimento à diferença, só são possíveis porque somos sujeitos sociais que vivemos em relação, sempre. Isso o texto não explora. Nessas relações, inclusive, estabelecem relações de poder, que a depender de como elas estão, podem comprometer o reconhecimento da diversidade.

A área de Ciências Humanas contribui para que os alunos desenvolvam a cognição *in situ*, ou seja, sem prescindir da contextualização marcada pelas noções de tempo e espaço, conceitos fundamentais da área. Cognição e contexto são, assim, categorias elaboradas conjuntamente, em meio a circunstâncias históricas específicas, às quais a diversidade humana deve ganhar especial destaque, com vistas ao acolhimento da diferença. O raciocínio espaço-temporal baseia-se na ideia de que o ser humano produz o espaço em que vive, apropriando-se dele em determinada circunstância histórica (BNCC, 2019, p. 355).

Mascarenhas (1998) apresenta o tempo para além da cronologia. Segundo a autora, é necessário o educando tenha uma visão de que as relações entre passado e futuro, não são casuais, mas fatos históricos. Nesse sentido, é fundamental compreender o processo histórico que deu origem a determinado fato histórico e isso não é fácil, por que diz respeito ao processo de maturação do conhecimento do educando, por exemplo quando o documento evidencia a diversidade humana citando o acolhimento de diferenças e a desigualdade social, mas não problematiza o por que existe a desigualdade social, de onde advém. Logo, temos um problema pois não basta reconhecer as diferenças e desigualdades, é necessário levantar questionamentos ao educando que as mesmas não advêm da noite para o dia. É preciso ir além da ideia de se alcançar objetivos de vida, proposta exercida pela BNCC.

Para tanto, torna-se fundamental que as demais categorias das ciências humanas sejam postas no debate sobre história e geografia. Do modo que se estuda geografia como relevo e paisagem, sem abordar os sujeitos que compõem estes lugares e seus modos de vida, ou seja, não existe a paisagem sem que haja ser humano em movimento.

O ensino de história presente na BNCC do ensino fundamental inicia com um dos objetivos, o reconhecimento do outro e a construção do sujeito e aborda importantes processos para que o professor e o educando tenham o que o texto chama de “atitude historiadora”, estes

processos são compostos de “identificação, comparação, contextualização, interpretação e análise de um objeto estimulando assim o pensamento.

No que tange os conhecimentos abordados nesta etapa do ensino a BNCC (2019, p.) aponta que:

Um dos importantes objetivos da História no Ensino Fundamental é estimular a autonomia de pensamento e a capacidade de reconhecer que os indivíduos agem de acordo com a época e o lugar nos quais vivem, de forma a preservar ou transformar seus hábitos e condutas. A percepção de que existe uma grande diversidade de sujeitos.

É fundamental observar este trecho, o quanto as categorias das ciências humanas como a antropologia e as relações sociais se fazem necessárias para o reconhecimento de outros povos e de novas formas de se ensinar ciências humanas e o ensino de história ao abordar, por exemplo, a história da África como componente obrigatório por meio Lei 10639/03 “que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” (Brasil, 2003, Art. 26.).

É necessário analisar a categoria “poder”, sobretudo rompendo com a ideia de poder como dominação e como autoritarismo. Essa concepção de relações de poder deve ser desconstruída e o currículo precisa abrir espaço para isso, construindo ideias que não somente reconheçam sujeitos sociais excluídos historicamente, mas também que se lute contra a exclusão.

Citar negros e indígenas não se constitui, de fato, a luta contra o racismo estrutural e o genocídio dos povos indígenas em vários estados do território. O poder como forma de dominação dos povos negros nos deixou como herança o racismo estrutural enraizado em nossa sociedade para que determinado grupo social, sejam excluídos e marginalizados. “Ainda que o racismo seja frequentemente reduzido à ideologia racista, ele é aqui entendido como um complexo sistema social de dominação, fundamentado étnica ou racialmente, e sua consequente desigualdade” (DIJK, 2008, p. 134).

Essa discussão se constitui, uma importante estratégia para irmos à contramão da reedição de uma concepção de nação que exalta heróis e estereotipa os povos originários. Se faz necessário, abordar a cultura dos povos africanos e indígenas, por exemplo, para além dos estereótipos sociais, trazendo o Negro como sujeito pertencente a sociedade, para além da escravidão e da capoeira e o Indígena para além da figura presente em livros didáticos, e do Índio que não está presente na sociedade. Esse debate não se constitui uma tarefa fácil, pois vai à contramão do que comumente os currículos vêm trazendo para o campo da educação.

São muitas as lutas e várias conquistas, mas como nos apresenta Mascarenhas (2007), a trajetória ainda é longa e diz respeito à ideia de que as ciências humanas não são tão importantes quanto à matemática e português. E esse é o debate ao qual essa pesquisa busca debater, embora o tempo de um Trabalho de Final de Curso em tempos de pandemia e Ensino Remoto não contribuam muito. Mas é nesse caminho que dá início a essa importante problematização da BNCC no campo das Ciências Humanas, buscando no seu texto não o que está dito, mas aquilo que seja necessário para a produção crítica do conhecimento. É com esse intuito que o Capítulo II analisará.

Capítulo II - A NOÇÃO DE HISTÓRIA NO BRASIL E A CRIAÇÃO DO CURRÍCULO DE CIÊNCIAS HUMANAS DESDE O SÉCULO XIX

Como você definiria a concepção historiográfica Brasileira? Colonização, a vinda da família real portuguesa, a constituição do império e a proclamação da República, a união cordial das três raças que constituíram uma nação una? Esse conjunto de fatos que compõem a noção comumente compartilhada da história do Brasil constitui-se no século XIX, desde a criação da história como disciplina e a necessidade de inventarmos a nação brasileira.

Nesse sentido, a história do Brasil pode ser estudada de diferentes formas, mas é habitualmente trabalhada de forma cronológica e em uma narrativa positivista, linear, onde alguns fazem a história e outros seguem à sombra deles. Nessa concepção de história, impera a figura do herói, da figura do civilizador. Essa concepção de história, marcada pela noção de Nação, que vem sendo reeditada desde o século XIX, é reforçada no século XX e vem atendendo aos interesses autoritaristas ainda no século XXI.

É necessário entender que a história é composta por sujeitos para além da mera apresentação de fatos ou datas cívicas. Ao analisar a BNCC nota-se que os fatos são apresentados, mas a origem dos mesmos não é problematizada. Por exemplo, quando se estuda sobre a colonização nada se coloca sobre o que foi o processo de expansão marítima e a expansão da capital. Então, ainda que recorte a presença dos povos indígenas e africanos e a importância cultural dos povos para a formação do Brasil, a origem dos racismos estruturais pouco é trabalhada.

A escravidão, como movimento criado pelos colonizadores europeus, emergiu da necessidade de exploração das américas e a imagem criada sobre negros e indígenas foi a de que eram povos inferiores culturalmente, ainda que se saiba que esse discurso é construído. Nesse sentido, a criação da história como disciplina emerge no contexto de criação da nação que visava formar as elites, e não reconhecer os povos originários nem o poder da população negra africana no território brasileiro.

Essa história, reeditada ao longo dos tempos, coloca nas cenas figuras da elite e não traz o protagonismo de outros setores fundamentais da sociedade brasileira. Assim, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, responsável por financiar esse processo, sendo um importante instrumento de constituição da história como disciplina, assim como o Colégio Pedro II no Rio de Janeiro.

Assim, a intencionalidade de silenciar pontos importantes da história não advém de hoje, mas do século XIX quando se buscava a organização dos currículos, e se abordavam o ensino de História, que incluía a "História Sagrada", a "História Universal" e a "História Pátria",

esse esboço já não era para toda a sociedade, com o passar dos anos com a criação do Colégio Pedro II era fundamental a construção de elites fortes. Bittencourt (1988.) Apresenta as estratégias governamentais que buscam se valer do ensino da História para perpetuar um nacionalismo exaltando figuras nacionais, a fim de se criar um ideal de nação forte, partindo desse ideal de nação retratado nos conteúdos de história se deu a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), sendo, portanto, papel do professor propor questionamentos e análise crítica a realidade vigente junto aos educandos.

Dentre a importância de questionar a História presente nos currículos escolares, Hobsbawm e Rangger (2008 p. 21) em a invenção das tradições nos esclarecem que: “Toda tradição inventada na medida do possível utiliza a história como legitimadora das ações cimento da coesão grupal”.

Trazendo para contexto abordado neste capítulo, constata-se que o papel fundamental do IHGB quanto a necessidade de datas cívicas e comemorações que até hoje se mantém na sociedade como verdadeiros fatos históricos inquestionáveis, como por exemplo, o dia da Independência do Brasil, que é celebrada todos os anos, criando um “enredo” para exaltar a figura do imperador e um cenário de guerra no imaginário da sociedade.

A abolição do trabalho escravo no Brasil, como um simples ato da princesa regente, por meio da lei Áurea (Lei nº 3.353) e não como um processo histórico que serviu ao capital, foi a interpretação dada ao fato, durante muito e muitos anos, e às vezes ainda segue sendo reproduzido. É necessário que se problematize, que o fato, foi acompanhado por mudanças estruturais na sociedade, mas não de políticas públicas que fossem capazes de assegurar meios de subsistência aos escravos libertos, desta forma o ato acabou por favorecer os grandes latifundiários. Nesse sentido, quando não se conta a história tal como ela ocorreu beneficiamos um determinado grupo social que dita como a história deve ser ensinada, ou que a história é mais feita por uns do que por outros.

A repetição das festas cívicas, a exigência do hino nacional cantado sem interpretação, reforça essa concepção. Um exemplo disso é cantar o hino nacional nas escolas. Para além da formalidade, é necessário pensar no contexto e questionar: Por que cantamos? Qual a intencionalidade por trás da obrigatoriedade desse ato? No capítulo III foi analisada a BNCC e a mesma enquanto política pública, buscando entender nos trechos escolhidos para análise se há uma reprodução dessa concepção e onde não há.

Capítulo III - A BNCC COMO POLÍTICA PÚBLICA - EM QUE CONTEXTO ELA É CRIADA?

Os trechos da BNCC referentes às Ciências Humanas foram selecionados para serem debatidos ao longo do trabalho, foi analisada a BNCC enquanto política pública⁴ em andamento. Entende-se que o ensino de história, ao longo do tempo, trouxe as Ciências Humanas como formadoras de cidadãos, e nesse sentido acabou por ajudar na noção de pertencimento que os sujeitos têm de si no espaço em que residem. A área das Ciências Humanas vem sendo utilizada para atender ao projeto de nação em curso desde o século XIX, mas também desvalorizada, com carga horária mínima, sem abarcar todos os campos das Ciências Humanas, como Sociologia, Política e Antropologia e a BNCC enquanto política pública que visa uma educação com equidade deveria abranger toda a área de ciências humanas possibilitando assim a formação de uma consciência crítica a criança desde as séries iniciais

É importante compreender a quem interessa o currículo e a forma como as Ciências Humanas foram trabalhadas, por meio das disciplinas de História e Geografia. Conforme exposto no capítulo II deste trabalho, fica evidente o projeto de desvalorização das ciências humanas.

Para levantar tal questionamento foi necessário compreender que a BNCC enquanto política pública já tinha previsão na Constituição (1988), de acordo com o Art. 210 “Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar a formação básica comum e o respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais”.

Assim como em outros documentos, como a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), que em seu Art.26 trata que na redação dada pela Lei nº 12.796/2013, estipula que:

Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos (BRASIL. LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL, 9394/1996.SEÇÃO I).

Além de outras leis que embasam a concepção de educação no Brasil, sendo de fundamental importância para se alcançar no país um ensino igualitário, é importante entender o contexto social em que a Base Nacional Comum Curricular começou a ser discutida e formulada, visto que nos anos que sucederam as discussões, ocorreram diversos conflitos políticos no país.

⁴ As políticas públicas são a totalidade de ações, metas e planos que os governos (nacionais, estaduais ou municipais) traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público (LOPES, 2008, p. 5).

Os interesses do Estado para o desenvolvimento de políticas públicas foi caminhando rumo a uma linha conversadora e trouxeram esse viés para o documento, uma vez que, a proposta atual tem pouco espaço para a discussão de temas sociais fundamentais para a constituição dos sujeitos. Os trechos a seguir evidenciam um pouco estes contextos da “velha, nova” maneira de se pensar uma direção para os currículos na educação.

As Ciências Humanas devem, assim, estimular uma formação ética, elemento fundamental para a formação das novas gerações, auxiliando os alunos a construir um sentido de responsabilidade para valorizar: os direitos humanos; o respeito ao ambiente e à própria coletividade; o fortalecimento de valores sociais, tais como a solidariedade, a participação e o protagonismo voltados para o bem comum; e, sobretudo, a preocupação com as desigualdades sociais. Cabe, ainda, às Ciências Humanas cultivar a formação de alunos intelectualmente autônomos, com capacidade de articular categorias de pensamento histórico e geográfico em face de seu próprio tempo percebendo as experiências humanas e refletindo sobre elas, com base na diversidade de pontos de vista (BNCC, 2019, p. 354).

Neste trecho da BNCC (2019), embora faça menção ao respeito, à coletividade e à solidariedade, não há preocupação em combater as desigualdades sociais vigentes, por exemplo, por que a preocupação não se constitui em lutas ao longo do trecho? Por que falamos isso? Porque embora traga as desigualdades e diferenças, não as apresenta na sua gênese. Como criar projetos para aniquilar as desigualdades, se as forças opressoras responsáveis por séculos de acúmulo de oportunidades desiguais não são postas? Para que experiências novas sejam agregadas é necessário reconhecer em que medida as experiências anteriores ainda compõem nosso presente.

Um outro trecho importante da Base Nacional Comum Curricular, traz o que a BNCC valoriza para os aprendizados do ensino fundamental. Nele é possível perceber o uso da discussão de Piaget e Vygotsky sobre o reconhecimento do eu, do outro e de nós, mas falta ainda falar da criança enquanto sujeito para depois reconhecer o outro em diferentes contextos.

No Ensino Fundamental – Anos Iniciais, é importante valorizar e problematizar as vivências e experiências individuais e familiares trazidas pelos alunos, por meio do lúdico, de trocas, da escuta e de falas sensíveis, nos diversos ambientes educativos (bibliotecas, pátio, praças, parques, museus, arquivos, entre outros). Essa abordagem privilegia o trabalho de campo, as entrevistas, a observação, o desenvolvimento de análises e de argumentações, de modo a potencializar descobertas e estimular o pensamento criativo e crítico. É nessa fase que os alunos começam a desenvolver procedimentos de investigação em Ciências Humanas, como a pesquisa sobre diferentes fontes documentais, a observação e o registro – de paisagens, fatos, acontecimentos e depoimentos – e o estabelecimento de comparações. Esses procedimentos são fundamentais para que compreendam a si mesmos e àqueles que estão em seu entorno, suas histórias de vida e as diferenças dos grupos sociais com os quais se relacionam. O processo de aprendizagem deve levar em conta, de forma progressiva, a escola, a comunidade, o Estado e o país. É importante também que os alunos percebam as relações com o ambiente e a ação dos seres humanos com o mundo que os cerca, refletindo sobre os significados dessas relações (BNCC, 2019, p. 355).

Nesse período, o desenvolvimento da capacidade de observação e de compreensão dos componentes da paisagem contribui para a articulação do espaço vivido com o

tempo vivido. O vivido é aqui considerado como espaço biográfico, que se relaciona com as experiências dos alunos em seus lugares de vivência (BNCC, 2019, p. 355).

Analisando de forma crítica, foi possível perceber no trecho acima que o texto não aborda o homem como elemento da paisagem e não existe paisagem sem o ser humano uma vez que é ação dos sujeitos que modificam o meio no qual ele está inserido. Então, neste ponto da BNCC seria importante que o sujeito se reconhecesse como transformador do espaço que habita.

O sujeito não pode ser apenas observador do seu meio social tendo em vista que, desta forma, ele poderá até reconhecer que há diferenças, mas não as problematiza, tendo mais dificuldade de lutar contra o quadro das desigualdades sociais.

Portanto, pensar nestes trechos como um processo, tendo em vista, que a história regional reconhece as diferentes construções dos sujeitos da nossa sociedade, a ser discutida de forma, não reproduzir a história da colonização.

Notou-se que os trechos da Base Nacional Comum Curricular para a disciplina de História, abrem brechas para trabalhar a história do Continente Africano, reconhecendo que a cultura africana detém diferentes formas de pensar a ciência, por meio das religiões, modos de ser, agir e na medicina, entre outros.

A inclusão dos temas obrigatórios definidos pela legislação vigente, tais como a história da África e das culturas afro-brasileira e indígena, deve ultrapassar a dimensão puramente retórica e permitir que se defenda o estudo dessas populações como artífices da própria história do Brasil. A relevância da história desses grupos humanos reside na possibilidade de os estudantes compreenderem o papel das alteridades presentes na sociedade brasileira, comprometerem-se com elas e, ainda, perceberem que existem outros referenciais de produção, circulação e transmissão de conhecimentos, que podem se entrecruzar com aqueles considerados consagrados nos espaços formais de produção de saber (BNCC, 2019, p. 401)

No entanto, não problematiza o não reconhecimento da História da África ao longo dos currículos educacionais. Um exemplo desse não reconhecimento, é o Egito nunca ter aparecido como um País Africano nos livros didáticos, abrindo espaço para a ideia de um Egito branco, reforçado pela mídia, contribuindo para a manutenção do racismo estrutural no Brasil.

Problematizando a ideia de um “Outro”, convém observar a presença de uma percepção estereotipada naturalizada de diferença, ao se tratar de indígenas e africanos. Essa problemática está associada à produção de uma história brasileira marcada pela imagem de nação constituída nos moldes da colonização europeia (BNCC, 2019, p. 401).

Ao longo da leitura, a BNCC reconhece que uma concepção de História construída, de modo, a colocar estereótipos nos Negros e Indígenas como seres diferentes, *sui generis*, não como sujeito que compõem o Brasil. O texto não segue dando ênfase, na forma como é necessário abordar para os educandos, os nossos currículos educacionais foram reeditando a

História dos povos originários, porém nas suas entrelinhas, chamam os negros e indígenas, de indolentes.

Nesse sentido, é preciso registrar que há muito o que se debater sobre o tema como já dito, a análise da BNCC é trabalho para uma tese de doutorado, mas em se tratando de um TCC em tempos de trabalho remoto não poderíamos nos colocar em algo mais audacioso do que a análise de pequenos trechos referentes às Ciências Humanas, nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, entende-se que a BNCC é, uma política educacional, uma direção das políticas públicas para a educação do Brasil. Porém, infelizmente ainda há uma desvalorização das Ciências Humanas, percebe-se pela a carga horária inferior relacionada às outras áreas do conhecimento, como Matemática e Língua Portuguesa e pela precarização do trabalho e das condições salariais dos professores nas diversas redes de ensino.

Qual o papel da BNCC para a formação do cidadão brasileiro? Como política educacional expressa no currículo, ela é influenciadora da formação do sujeito, da noção de ciência, história, espaço e pertencimento. Nesse sentido, é um documento de significativa importância no campo da educação e objeto constante de análise.

O que não está dito na Base Nacional Comum Curricular e para que o não dito sobre a história do Brasil serve? Embora a BNCC discuti à História da África, ela não problematiza seu não uso em anos anteriores e tampouco à necessidade de que a história dos negros, seja posta de modo a não os colocar apenas como sujeitos de sofrimento, mas também de resistência. Para tanto, é necessário que se problematize que as fissuras da BNCC, ainda que nas entrelinhas, reeditam a concepção de não inventada, no século XIX, quando apresenta a história de negros e indígenas, mas não insere, de fato, suas concepções de ciência na produção do saber no cotidiano escolar.

Nesse sentido, que brechas de leitura e de má interpretação ela abre? Não nos cabe falar se é possível uma má interpretação. Na verdade, como se trata da representação de uma política curricular que traz as marcas de uma concepção de história, que apresenta “esses furos” mencionados nesta pesquisa, as brechas estão mesmo nas possibilidades de “não dizer” que a BNCC traz.

Desse modo, o professor do campo das Ciências Humanas necessita de formação crítica, debatendo a história das disciplinas e do ensino de história e geografia no Brasil e sua relação com a manutenção da concepção de nação inventada lá no século XIX. Assim, embora não seja o objeto de estudo desta pesquisa, mas para “driblar” as políticas públicas, que “abrem brechas” para certa autonomia de “não dizer”, a formação de professores é um dos caminhos fundamentais para isso.

REFERÊNCIA

AMARAL, Jefferson Ney; CALDAS, Ricardo Wahrendorff; LOPES, Brenner. **Políticas Públicas: conceitos e práticas**. v. 7, Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2008.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. LDB – **Lei de Diretrizes e Bases da Educacional**. Lei 9394/96

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017.

BITTENCOURT, Circe. As “tradições” nacionais e o ritual das festas cívicas. *In*: PINSKY, Jaime *et al.* **O Ensino de História e a Criação do Fato**. São Paulo: Editora Contexto, 1988.

DIJK, Teun A. van. Discurso e Poder. São Paulo: Contexto 2008.

HOBSBAWM, Eric e RANGER, Terrence. **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015

MASCARENHAS, Ângela Cristina Belém. Pressupostos Teórico-Metodológico do Ensino de Ciências Humanas. *In*: MASCARENHAS, Ângela Cristina Belém (org.). **As Ciências Humanas no Ensino Básico**. Goiânia: UCG, 2007